

# Nos Sertões Mineiros

**Alan Nardi\***

## **Resenha**

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, 159 pp.

A historiadora Carla Maria Junho Anastasia em seu mais recente trabalho busca desvendar mais uma nuance das relações existentes entre Metr pole e Colônia através da violência cotidiana nas Minas Setecentistas. Já em seu *Vassalos Rebeldes*, obra publicada pela autora no ano de 1998, a autora nos mostrava que nas áreas excluídas do circuito direto do capital mercantil e naquelas áreas que se caracterizavam como de fronteira, ou tiveram um povoamento muito peculiar, ficando à margem do controle do poder público, o grau de violência foi extremamente alto. Nestas áreas "esquecidas", foi facultado aos proprietários o exercício pleno da dominação ao nível interno, o que permitiu uma consolidação dos poderes locais destes proprietários e uma ausência de mecanismos eficazes de subordinação externa. Esta situação engendrou a consolidação de p los de poder privado que passaram a colocar em xeque as regras do jogo determinadas para arbitrar as relações entre colônia e metrópole em momentos decisivos.

A Geografia do Crime. É com esta expressão que Carla Anastasia d  título a seu mais recente trabalho. É clara a intenção de se relacionar a geografia, representada neste caso pelos sertões mi-

\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

neiros, ao crime, constituído pelos delitos cometidos nas vastas regiões do território, onde a normatização por parte da administração colonial dificilmente se realizava. A obra trata das áreas da Capitania de Minas Gerais onde, segundo a autora, a violência se fazia mais freqüente, lugares onde se generalizaram os atos violentos previsíveis de negros, forros e mulatos e aqueles imprevistos perpetrados por respeitadas vassallos e autoridades régias.

O livro está dividido em quatro capítulos, ou melhor, estudos, como a própria autora os define. No primeiro estudo, a autora busca recuperar alguns aspectos da formação da Capitania de Minas Gerais, pensando como se deu a ocupação do território, a construção de sua organização administrativa, e as dificuldades que a administração colonial enfrentava na tentativa de normatizar a região. Para a autora as dificuldades encontradas na normatização do território se devem a uma autonomização da burocracia que gerava constantes conflitos entre autoridades e como consequência, uma baixa institucionalização política, já que existiam diferentes “visões” das autoridades quanto às áreas mais distantes dos centros administrativos e consideradas proibidas.

O segundo estudo se refere à violência praticada pelos facinorosos nos sertões, em áreas que a autora denomina zonas de *non-droit*. Nessa análise, é possível perceber a atuação de um mandonismo bandoleiro nos sertões do rio das Mortes e do São Francisco. A generalização da violência nos sertões da Comarca do Rio das Mortes teria resultado fundamentalmente dos conflitos de jurisdição entre a Capitania de Minas Gerais e a de São Paulo e, de acordo com o discurso emboaba, da má qualidade dos paulistas. Já a violência nos sertões do São Francisco era fruto da ausência de ministros do rei, o que levava a Coroa a investir de autoridade os potentados da região, gerando a consolidação de territórios de mando, ao que se somou as disputas entre os ministros das capitanias de Minas e da Bahia das quais se aproveitou a população daquela área.

O comportamento de três bandos de facinorosos que agiram em áreas diferentes da Capitania é objeto de estudo do terceiro capítulo do livro. O primeiro deles é o da Quadrilha da Mantiqueira, sediada no alto da serra, zona proibida pelo Bando de 1736, paragem amedrontadora e assombrada. Criminosos por excelência, faziam da rapina o seu modo de vida. Se o sucesso da quadrilha pode ser explicado pelos seus engenhosos expedientes, é possível também pensar sobre o impacto dos interesses privados de algumas autoridades na conservação daquela área como zona proibida, contribuindo para a longa permanência dos salteadores na serra. A quadrilha de contrabandistas de Macau, liderada pelo Mão de Luva, sediada na

fronteira entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, nos chamados sertões do Leste, outra zona considerada proibida, explicita não só a constituição de redes de solidariedade entre os facinorosos e comerciantes, autoridades, soldados e escravos, mas também as disputas entre o governador das Minas e o vice-rei, o que levou à longa duração do descoberto. Como contraponto, são apresentadas algumas considerações sobre os contrabandistas da serra de Itacambiruçu na comarca do Serro Frio, região bastante específica por se encontrar sediada na Demarcação Diamantina. Finalmente, o terceiro bando, o do Sete Orelhas, apesar de ter feito incursões em uma zona urbana, São Bento do Tamanduá, constituía seu território de mando e acoitava-se no ermo dos sertões do rio das Mortes.

O quarto tema analisado examina o comportamento transgressor e violento de uma autoridade metropolitana, o ouvidor-geral da comarca do Serro Frio, Joaquim Manuel de Seixas Abranches. O dito Abranches era responsável por atos constantes de usurpação de jurisdição e pelo predomínio dos interesses privados sobre os públicos via a formação de redes de solidariedade entre as autoridades da comarca.

Uma diversidade grande de fontes é utilizada pela autora para montar todo esse quadro apresentado nos quatro capítulos do livro. Cartas, correspondências, diários, tratados sobre a colônia, entre outras fontes, além de uma bibliografia que desse conta da discussão referente à violência e a região das Minas Setecentistas foram intensamente verificadas para tentar desvendar as relações existentes entre a administração colonial e os colonos em geral, no que tange a violência e a criminalidade do período. É nítido perceber a proximidade com o pensamento de Norbert Elias principalmente no que se refere à fiscalização de regiões que estavam distantes dos “olhos” metropolitanos. Para Elias<sup>1</sup> quanto mais distante de um centro regulador está uma região mais claramente é possível perceber o quanto a população é menos “civilizada” e como esta está mais propensa ao não cumprimento da lei. Assim Anastasia tenta perceber nos sertões mineiros, ou nas zonas de non-droit, a composição de territórios de mando, o surgimento de um mandonismo bandoleiro e o desenvolvimento da autonomização da burocracia.

Este trabalho, segundo Anastasia, está interessado em delimitar as regiões em que crimes e transgressões de variados feitos aconteceram mais frequentemente, demonstrando quais foram as razões que possibilitaram manifestações de violência mais intensas em algumas áreas da Capitania das Minas Gerais. Anastasia parte do pressuposto de que nessas áreas onde a violência predominou foi possível a constituição de territórios de mando, onde se disseminou o

mandonismo bandoleiro, lugares nos quais a tirania era exercida fundamentalmente pela violência armada e pela intimidação física. A autonomização da burocracia que se expressou, fundamentalmente, nos conflitos de jurisdição entre as autoridades, na iniquidade e/ou omissão da ação pública alimentava, nessas áreas, a noção da legitimidade da violência.

Segundo a autora, em geral, numa capitania razoavelmente urbanizada, como foi a de Minas Gerais, foram os sertões, as matas gerais, as serras, as zonas proibidas, os lugares onde a autonomização da burocracia gerou um grau mais baixo de institucionalização política. Salteadores, quilombolas, vadios, contrabandistas e monstros das mais variadas estirpes povoavam essas áreas. Enquanto isso, as autoridades responsáveis pela previsibilidade da ordem nas áreas mineradoras acreditavam que tumultos, desordens, motins, descaminhos, contrabando, assassinatos e roubos eram resultados da “má qualidade dos povos” que haviam se dirigido para as Minas.

A Geografia do Crime contribui com a historiografia na medida em que é um trabalho sobre violência e criminalidade nas Minas Colonial, um tema em que o número de trabalhos é reduzido. São poucos os pesquisadores que tentam retratar a criminalidade presente na Colônia, tendo em vista que a maioria dos estudos sobre criminalidade se refere ao início do século XX. Sendo assim, a publicação deste trabalho é extremamente válida e enriquecedora. A aproximação com o pensamento de Norbert Elias é comum aos pesquisadores que discutem a criminalidade, mas a análise da autora se torna interessante quando podemos conceber uma visão do ambiente colonial, da administração colonial, dos colonos e da disseminação da violência nos sertões mineiros.

A obra se destina aos pesquisadores das Minas Setecentistas, principalmente àqueles que têm como objeto de estudo a sociedade mineira, a violência e a criminalidade cotidiana. A pesquisa desenvolvida pela autora resulta neste livro muito bem escrito que desperta interesse em todos aqueles que se interessam pela história de Minas Gerais, pelo estudo do crime e pela História Colonial em geral.

### Notas

<sup>1</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* – volume 2: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.